

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EXPANSÃO DAS LIBERDADES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Bernardete Bregolin Cerutti

Administradora, especialista em Gestão de Recursos Humanos, mestre em Ambiente e Desenvolvimento e doutoranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC). Professora da Universidade do Vale do Taquari – Univates. bcerutti@univates.br

Gabriel Machado Braido

Bacharel em Administração, especialista em Finanças & Controladoria, mestre em Administração e doutorando em Administração (Unisinos). É professor assistente da Universidade do Vale do Taquari – Univates. gabrielb@univates.br

Resumo: Este texto revisa algumas teorias de desenvolvimento e faz relação com a expansão das liberdades na promoção da prosperidade econômico-social, enfatizando a dinâmica regional. O texto é apresentado na forma de um ensaio teórico, que se caracteriza como uma pesquisa exploratória e qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico em livros e artigos que apresentam convergência com o tema pesquisado. Com base na pesquisa, verifica-se que o processo de desenvolvimento convive com uma dinâmica de transformações, que mostra desafios, mas, também, possibilidades para se reconhecer e conferir autonomia às diferentes formas de organização das regiões.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Expansão das Liberdades. Crescimento.

1 INTRODUÇÃO

A prosperidade industrial e os avanços tecnológicos e científicos mudaram a dinâmica de alocação de recursos e a característica das regiões para a atração de empresas e investimentos. A desaceleração econômica de países ricos e a flexibilidade do processo produtivo, impulsionadas pelas tecnologias, induziram as grandes empresas transnacionais a realizar novos investimentos em países em desenvolvimento. Esse movimento tem como consequência direta a desindustrialização de alguns países ricos e a migração de empresas tradicionais para países emergentes. Nessa perspectiva, os países que apresentam maior estabilidade econômica e ambiente institucional estável acabam atraindo maiores empreendimentos. Pecqueur (2009) faz uma analogia afirmando que esses países tornam-se o produto a ser comercializado.

Nessas condições, a análise das disparidades regionais dentro de um mesmo país não é tarefa de fácil compreensão, e o que se verifica são explicações que apontam em várias direções, como o próprio contexto de abertura econômica e o consequente fluxo de capitais e de investimentos diretos para os países em desenvolvimento e/ou emergentes, e a falta de pesquisa econômica. Esses investimentos diretos referem-se a fatores locais, como vantagens políticas-econômicas, infraestrutura, favorecimento geográfico e incentivos fiscais. Portanto, o fator de decisão para instalação de uma empresa não é o espaço regional, suas características e sua importância, mas sim, os benefícios concedidos a longo prazo. Essas análises são negligenciadas pela economia e, assim, o capital empresarial providencia as condições necessárias, em termos tecno-econômicos, para viabilizar os recursos materiais e humanos na quantidade e qualidade que lhes são adequados.

Nesse contexto, as grandes corporações centralizam poder e capitais para maximizar a lucratividade, e sua validade está relacionada ao aumento de produtividade do trabalho e à submissão do trabalho ao capital. Esse foco, centrado tão somente na renda, contribui para a perda de autonomia, bem-estar e expansão das liberdades de que as pessoas deveriam desfrutar na condição de agentes responsáveis por seus atos, e não apenas receptores passivos de políticas e práticas do seu país. (SEN, 2000).

É nesse ambiente histórico e teórico que se insere este texto, buscando fazer relação entre o desenvolvimento e a expansão das liberdades na dinâmica regional. Desse modo, em termos metodológicos, este artigo pode ser classificado como um ensaio teórico, e caracteriza-se como pesquisa qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico em livros e artigos que apresentam convergência com o tema pesquisado. A fim de organizar as ideias centrais que sustentam o estudo proposto, organizou-se três seções: além desta introdutória, que permite situar o leitor sobre o tema, na segunda seção, é apresentada uma breve contextualização sobre crescimento e desenvolvimento e desenvolvimento com(o) liberdade. Já na terceira seção, estão as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Crescimento e desenvolvimento: uma breve contextualização

As questões de crescimento e desenvolvimento são discutidas por um notável grupo de autores que apresentam enfoques diversos. De forma bruta ou pacífica, assegurando continuidades pela via democrática ou pela via autoritária, variando o formato, o conteúdo e a dinâmica das transformações de nação para nação, o crescimento e o desenvolvimento geram formas alternativas de organização e estruturação da sociedade moderna, caracterizada pelo

capitalismo e pelo socialismo. Em cada momento, foi se consolidando o processo de industrialização, que também pode ser chamado de processo de desenvolvimento do capitalismo.

Observa-se, no entanto, que a articulação entre crescimento e desenvolvimento que o mundo ocidental capitalista instituiu como modelo a ser alcançado por todas as nações do planeta mostra-se frágil. O desenvolvimento, fundado em uma racionalidade tecnocrática e voltada ao crescimento econômico contínuo e ilimitado, destrói os próprios fundamentos da vida social. (SEN, 2000; BOFF, 2008).

Diante dos limites para o crescimento econômico contínuo e o agravamento dos problemas ambientais, tornou-se clara a necessidade de avançar nas discussões sobre a natureza e a validade do crescimento e da industrialização, uma vez que o desenvolvimento era associado ao nível de crescimento da riqueza, numa visão economicista e administrativa da exploração dos recursos naturais.

Essas discussões sobre o desenvolvimento foram bastante acirradas no período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Segundo Sunkell e Paz (1988), ao término do conflito bélico, que foi resultado de fatores históricos, políticos e econômicos (que não serão analisados aqui), o tema foi adotado por todos os países, principalmente os aliados, que visavam a livrar o mundo, e, obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiram (e ainda perseguem), como a guerra, o desemprego, a miséria, a discriminação racial e as desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Essa preocupação revelou os anseios de disseminar o progresso e o desenvolvimento, por meio da melhoria das condições de vida das nações e regiões, expressa na Declaração das Nações Unidas, firmada por representantes de 26 nações, em 1942, e da Carta das Nações Unidas, divulgada em abril de 1945, na Conferência de São Francisco, na Califórnia, Estados Unidos. Destaca-se que a criação oficial da Organização das Nações Unidas (ONU)¹ também ocorreu em São Francisco, nesse mesmo ano, sendo composta por 51 países, cuja objetivo principal era (e ainda é) a manutenção e melhoria dos níveis de qualidade de vida, com a cooperação das instituições internacionais para resolver os problemas de ordem econômica, social, cultural e humanitária, respeitando os direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor.

Com a ONU, intensificaram-se os debates acerca do conceito e dos meios para se conquistar o desenvolvimento, surgindo uma série de programas para ajudar os países a resolverem os problemas econômicos e sociais de modo a manter o equilíbrio mundial. Entre os programas, pode-se citar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Programa das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, o Programa para a Educação, Ciência e Cultura, a Organização Mundial de Saúde, e a Organização Internacional do Trabalho, cada um com função e instrumentos específicos de atuação, mas com a mesma finalidade: melhorar a qualidade de vida das pessoas. (OLIVEIRA, 2002).

A politização do debate acerca da melhoria da qualidade de vida, do crescimento e desenvolvimento, de modo geral, destacou-se a partir dos anos 60, com a realização de muitos

¹ A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização constituída por governos da maioria dos países do mundo. Atualmente, conta com 192 países membros, sendo que cinco deles (Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França) fazem parte do Conselho de Segurança. Este pequeno grupo tem o poder de veto sobre qualquer resolução da ONU.

estudos, relatórios, declarações e conferências mostrando a necessidade de alinhar o capital natural (meio ambiente) e a qualidade de vida das pessoas (social) para haver, efetivamente, desenvolvimento.

Contudo, os conceitos de crescimento e desenvolvimento ainda apresentam controvérsia nas Ciências Sociais. Progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, são expressões usadas frequentemente como sinônimo de desenvolvimento. De acordo com Sachs (2004), o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico, que corresponde a resultados medidos quantitativamente, mas que precisam estar acompanhados de melhoria na qualidade de vida, que são os resultados medidos qualitativamente, o que significa melhorar indicadores sociais como pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Nesse sentido, Vieira e Santos (2012) complementam ao afirmar que a maneira de avaliar o crescimento se dá por meio da força de trabalho e do nível de tecnologia adquirido, enquanto o desenvolvimento é por meio da melhoria da qualidade de vida da população.

Economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse admitem que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. (SOUZA, 1999). Não se deseja impor limites ao crescimento, mas mudar os modos de desenvolvimento, com foco na vida das pessoas e na preservação dos recursos naturais. É preciso fazer da tecnologia uma produtora de bens para todos, capaz de propiciar formas de participação e de controle que escapem da alienação e privação de liberdades, garantindo vida saudável para todos. (SEN, 2000; SACHS, 2001; BOFF, 2008).

2.2 Desenvolvimento com(o) liberdade: utopia ou realidade?

Os economistas clássicos², no fim do século XVIII, buscaram explicar o crescimento econômico, ou como desejava Adam Smith, um dos fundadores dessa corrente de pensamento, determinar as causas do progresso das nações. Os clássicos acreditaram que o crescimento econômico poderia ser realizado sem dificuldade graças aos novos métodos de regulação da demanda, já que as taxas de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) por habitante forneciam a resposta para todas as questões. (MUELLER, 2007; CASTORIADIS, 1987). Assim, as características principais eram a produção, a livre-concorrência e o comportamento racional dos agentes econômicos com a mínima intervenção do Estado na economia, tendo como uma das teorias o “valor-trabalho” (relação de dominação e exploração do trabalho assalariado) e como base o equilíbrio automático, que ignorava as crises e os ciclos econômicos.

Nessa perspectiva, o também economista clássico David Ricardo acreditava na importância da concentração de renda dos capitalistas industriais, uma vez que eles eram os responsáveis pelo crescimento econômico, gerando emprego e desenvolvimento. (VIEIRA, 2009). Logo, qualquer restrição ao comércio seria prejudicial ao crescimento da economia e do bem-estar da sociedade.

Em oposição às ideias de Ricardo, a teoria marxista (de Karl Marx³) critica o sistema econômico capitalista por compreender que nele o trabalhador é apenas um meio para que o

² Entre os economistas clássicos, destacam-se Adam Smith, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Johann Heinrich Von Thünen e Anne Robert Jacques Turgot.

³ Por meio de seus estudos, Karl Marx influenciou a [economia](#), a política e a sociologia, estabelecendo a base para muito do entendimento atual sobre o trabalho e sua relação com o capital. Publicou vários livros durante sua vida, sendo que O Manifesto Comunista (1848) e O Capital (1867-1894) são os mais proeminentes.

burguês alcance a maximização do lucro, ou seja, o trabalhador é um recurso de produção, igual a um número ou uma peça de máquina que pode ser facilmente substituída ou descartada, ignorando que ele é um ser humano; um ser social. (BERTUCCI, 2010).

O mesmo sistema capitalista também é responsável pelo que Marx denominou de mais valia relativa, que significa “[...] a apropriação de inovações incorporadas em máquinas e equipamentos mais eficientes e modernos, em insumos mais adequados e na melhoria da organização social do trabalho, que elevam a produtividade”. (GALVÃO, 2004, p. 49). Assim, a acumulação da riqueza é constantemente apropriada pelo capitalismo, determinando a concentração de renda para alguns, uma vez que, com o aperfeiçoamento das máquinas, os salários dos trabalhadores eram comprimidos.

Com efeito, no capitalismo, o crescimento e o desenvolvimento econômico apresentam contradições, sob a forma de crises de desemprego e subemprego. (HARVEY, 2005). Para o mesmo autor, o sistema capitalista é movido pela acumulação de capital e, para que isso ocorra, há necessidade de excedente de mão de obra, havendo exploração do trabalho. Marx (1983) chama esse excedente de “exército de reserva”, que corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção. Nessa dinâmica, para garantir o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e o processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. O contingente de desempregados atua, segundo a teoria marxista, como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores, e contribui para o rebaixamento dos salários.

As contradições do capitalismo apontadas por Marx foram retomadas sob outra perspectiva por John Maynard Keynes, que defendia o princípio de que o Estado deve intervir na economia do país por meio de medidas fiscais e monetárias para reduzir os efeitos negativos dos ciclos econômicos, promovendo níveis elevados de emprego. (CARVALHO, 2008). Nas décadas de 1970 e 1980, pensadores neoliberais consideravam as teorias de Keynes ultrapassadas.

O neoliberalismo é criticado por diversos setores da sociedade, por beneficiar apenas as principais potências econômicas, prejudicando os países pobres e aqueles em desenvolvimento, uma vez que favorece o desemprego e reduz o poder de compra, conseqüentemente, eleva as disparidades sociais, perpetuando um ciclo de perda de liberdades. Nas regiões, os problemas inerentes à dinâmica capitalista tendem a reproduzir os mesmos problemas, de ordem social e econômica. A esse respeito, Douglas North (1994, p. 359), economista contemporâneo, afirma que os modelos de crescimento são insuficientes para analisar o desenvolvimento das regiões, pois analisam “[...] operações de mercado e não como os mercados desenvolvem-se”.

Observa-se, diante disso, que a economia clássica não é capaz de atender aos anseios da sociedade contemporânea. No que se refere ao desenvolvimento regional, as diferentes correntes teóricas⁴ e as incertezas científicas quanto ao papel de cada uma escancaram a conclusão de que não há uma única diretriz aplicável a todas as regiões. (OLIVEIRA; LIMA, 2012). Dessa forma, se constrói uma utopia desenvolvimentista que, como tal, torna-se

⁴ As correntes teóricas do desenvolvimento regional são: os modelos de localização e as teorias de crescimento/desenvolvimento; a teoria dos polos de crescimento; a teoria do desenvolvimento endógeno; e a mais recente pode ser dividida em dois blocos – o primeiro, das produções que incorporam os fenômenos da reestruturação produtiva e a questão da divisão internacional destacando os aspectos tecnológicos e institucionais, e o segundo da nova geografia econômica. Para saber detalhes das correntes teóricas, consulte ETGES; AREND (Orgs.), (2012, p. 163-193).

imagem do desejo.

Assim, propomos a reflexão do pensamento de Amartya Sen⁵, a partir da sua obra “Desenvolvimento como liberdade”, que instiga a pensar uma nova forma de ver o desenvolvimento territorial, abandonando as tradicionais visões que concentram o foco em produto nacional bruto, progresso tecnológico e industrialização. Para Sen (2000, p. 18-19), o desenvolvimento deve representar a expansão de liberdades dos indivíduos, a partir da remoção das

[...] principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos [...], já que [...] o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impedem o progresso dessas oportunidades.

Para o autor, o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo, tem de estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento e a expansão das liberdades, para que cada pessoa possa levar o tipo de vida que desejar, ou seja, “[...] a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter”. (SEN, 2000, p. 28). Nesse sentido, haveria razões para se considerar a pobreza como privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda, embora as privações de renda e de capacidades básicas apresentem, frequentemente, semelhanças - o que não implicaria negar que a falta de renda é uma das causas principais da privação de capacidades básicas de alguém.

Sen (2000) procura fazer uma análise mais criteriosa sobre os efeitos da escassez monetária e afirma que, no caso do desemprego, ainda que este viesse acompanhado de um eficaz sistema de seguridade social que compensasse a perda de renda de desempregados, ela seria responsável por efeitos como a perda de autonomia, de autoconfiança, de saúde física e psicológica, e de sentimento de inclusão social. Nesse caso, a diminuição da qualidade de vida poderia passar despercebida em uma análise de critérios meramente quantitativos, já que as pessoas não desejam apenas ganhos monetários.

Uma abordagem que contemple a expansão das liberdades jamais irá desconsiderar na “medição” do grau de desenvolvimento de um território fatores de substancial importância, como o bem-estar das pessoas. Por isso, Sen (2000) sustenta uma análise de desenvolvimento que tenha presente os funcionamentos, que são as várias coisas que uma pessoa pode considerar valiosa fazer ou ter, e as capacidades, que são as combinações de funcionamentos cuja realização é possível ao indivíduo, não deixando de considerar outros fatores.

A expansão das liberdades, nesse contexto, desempenharia dois papéis: o papel constitutivo das liberdades, não como meio, mas como fim primordial (são as capacidades elementares, como ter condições de evitar privações, ter participação política e liberdade de

⁵ Amartya Sen é economista, escritor, professor e Master (Reitor) do Trinity College, de Cambridge. Também é um dos fundadores do WIDER, Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU). Recebeu diversas distinções, como o Prêmio Internacional Catalunha (1997), o Prêmio Nobel de Economia (1998), o Bharat Ratna (1999) e a Medalha Nacional de Humanidades (2011). Entre seus principais livros, destacam-se: *On Economic Inequality, Poverty and Famines* e *On Ethics and Economics*.

expressão); e o papel instrumental das liberdades, no sentido de que diferentes tipos de direitos contribuiriam para a expansão da liberdade humana e os diferentes tipos de liberdade apresentariam inter-relação entre si, promovendo outras liberdades. Seria o caso, por exemplo, do direito ao voto, através do qual os governos sentir-se-iam pressionados pelos governados a promover o bem-estar, evitando-se a falta de democracia. (SEN, 2000).

Em síntese, a nova forma de ver o desenvolvimento considera a liberdade das pessoas na condição de agentes, com distribuição equilibrada de renda e benefícios sociais, políticos e culturais, em um processo permanente de inclusão social, transformando o crescimento em desenvolvimento numa sintonia intersetorial e territorial de agentes e instituições focados no alcance dos propósitos regionais. (HADDAD, 2009). Para tanto, cada região, cada nação terá de produzir seus mecanismos e instrumentos institucionais de participação e ter seu projeto de desenvolvimento econômico, político e social como um processo amplamente participante, democrático e plural, pois a liberdade e a igualdade são, ao mesmo tempo, pressuposto e produto das relações dos homens entre si. Com isso, a utopia tornar-se realidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras realizadas, identifica-se que o processo de crescimento e desenvolvimento convive com uma dinâmica de transformações, que mostra desafios, mas também possibilidades para se reconhecer e conferir autonomia às diferentes formas de organização e formas de inter-relação das regiões.

Ao mesmo tempo que as regiões são levadas a concorrer entre si para gerar espaços atrativos ao capital produtivo (oferecendo vantagens político-econômicas, infraestrutura, incentivos fiscais e recursos humanos), provocam perda de autonomia, bem-estar e expansão das liberdades de que as pessoas deveriam desfrutar na condição de agentes responsáveis por seus atos, tornando-se meramente receptoras passivas de políticas e práticas verticalizadas.

Por isso, a diversidade e as especificidades de cada região podem ser a alternativa de desenvolvimento, a partir dos elementos que as distinguem dos lugares comuns. Isso não significa ignorar a capacidade de articulação e negociação, em âmbito nacional e internacional, de recursos financeiros, tecnológicos e institucionais para os empreendimentos que pretende realizar, uma vez que qualquer região depende da conjuntura nacional, considerando os impactos que as políticas macroeconômicas e setoriais exercem, e sim, desenvolver a capacidade de organizar e construir uma região, imbuído de um crescente sentimento de pertencimento. (OLIVEIRA; LIMA, 2012).

Para que isso se torne possível, é preciso pensar o processo de desenvolvimento com igualdade, liberdade, continuidade e disponibilidade, o que não impede que queiramos sempre prosperar, espelhando em nosso local de origem os bons exemplos de outros lugares.

REFERÊNCIAS

- BERTUCCI, J. O. Desenvolvendo a solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1, 2010.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Keynes e o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, 2008.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem**. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ETGES; Virgínia Elisabeta; AREND, Silvio Cezar (Orgs.). CEPAL – Leituras sobre o desenvolvimento Latino-Americano. In: OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto; LIMA, Jandir Ferrera de. **Política nacional de desenvolvimento regional: um processo em construção**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

GALVÃO, A. C. F. **Política de desenvolvimento regional e inovação: lições da experiência europeia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HADDAD, Paulo R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, Curitiba: Editora UFPR, v. 35, n. 3, ano 33, p. 119-146, set./dez. 2009.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

NORTH, Douglas C. Economic performance through time. **American Economic Review**, [S.l.], June 1994.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 39-48, maio/ago/2002. Disponível em:

<<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 79-105, abr. 2009. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79/10955>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política**. São Paulo: Editora UNESP, Edusp, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai./ago. 2012. Disponível em:

<<http://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/679/296>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX**. 2009. 177 f. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03022010-143611/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jun. 2017.